



ONU

CGU participa de Grupos de Trabalho no âmbito da Convenção da ONU contra a Corrupção



OCDE

44ª Reunião do Comitê de Governança Corporativa

Especialistas discutem indicadores de integridade pública e participam de reunião do Grupo de Trabalho de Altos Funcionários de Integridade Pública

Grupo de Trabalho sobre Suborno Transnacional da OCDE tem nova presidência



REDES

CGU participa de reunião da Rede de Agentes de Combate ao Suborno Transnacional na América Latina e Caribe

Autoridades anticorrupção discutem cooperação e comunicação para troca de informações

6ª Reunião da Rede de Integridade Pública da América Latina e Caribe OCDE-BID



ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL

CGU apresenta precedente de decisão em evento da UNESCO sobre transparência e meio ambiente

Especialistas discutem riscos e medidas para prevenção e combate à corrupção em tempos de crise



COOPERAÇÃO

Cerimônia de premiação do Selo de Integridade do Paraguai



NOTÍCIAS DA INTRACGU

[Clique nas chamadas e leia na IntraCGU](#)

[CGU participa do XXIII Encontro da Rede de Transparência e Acesso à Informação](#)

[Secretaria Federal de Controle Interno participa da XIX REOGCI](#)

[CGU recebe certificação no nível 2 do modelo IA-CM pelo Banco Mundial](#)

[CGU participa de webinar da UNESCO sobre transparência e meio ambiente](#)

[Diretoria de Governança realiza reunião com Conselho para Transparência do Chile](#)

[CGU realiza reunião com Grupo de Trabalho sobre Gênero e Populações Vulneráveis](#)

["Um Por Todos": CGU, OEI e Transforma Brasil firmam parceria para ampliar o programa e captar mais voluntários](#)



RETROSPECTIVA 2022

Confira os principais compromissos, resultados e avaliações

ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL

ACORDO DE ESCAZÚ

CGU apresenta precedente de decisão em evento da UNESCO sobre transparência e meio ambiente

No dia 30 de novembro de 2022, representando a Controladoria-Geral da União (CGU), a Ouvidoria-Geral da União participou do webinar “Transparência e Meio Ambiente: Entidades Garantidoras de Acesso à Informação Pública e o Acordo de Escazú”, organizado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

A reunião contou com exposições da Universidade dos Andes (Colômbia), da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), e da Ouvidoria-Geral da União.

Os painelistas discutiram diversos aspectos do [Acordo Regional sobre Acesso à Informação, Participação Pública e Acesso à Justiça em Assuntos Ambientais, o Acordo de Escazú](#), e sobre o acesso a informações ambientais. O auditor Marcos Lindenmayer, da Ouvidoria-Geral da União, contribuiu para a discussão sobre o papel dos órgãos garantidores no acesso a informações ambientais, apresentando precedente de decisão da CGU em que foram afastadas alegações de sigilo bancário e contratual para dar acesso a informações relacionadas ao cumprimento de condicionantes socioambientais relativas à construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

DECLARAÇÃO DE SHARM EL-SHEIKH

Especialistas discutem riscos e medidas para prevenção e combate à corrupção em tempos de crise

A Controladoria-Geral da União, por meio da Secretaria Federal de Controle Interno, participou de um encontro de especialistas acerca da implementação da [Declaração de Sharm el-Sheikh sobre o Fortalecimento da Cooperação Internacional para Prevenção e Combate à Corrupção em Tempos de Emergências e Respostas e Recuperação de Crises](#). A declaração foi adotada na 9ª Sessão da Conferência dos Estados Partes

da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, presidida pelo Egito em Sharm El-Sheikh, em dezembro de 2021.

O evento foi organizado pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) na cidade do Cairo, Egito, nos dias 12 e 13 de dezembro de 2022, e contou com a participação de especialistas de diversos países e de representantes de organismos internacionais.

O primeiro painel da agenda,

intitulado “Compreender os contextos de emergência: tipologias de riscos e restrições para uma resposta e recuperação de crises eficazes e tempestivas”, aprofundou a identificação e avaliação de tipologias de riscos de corrupção, que se agravam em diferentes momentos de crise. As discussões abordaram a compreensão das restrições legais, políticas e institucionais para desenvolver estratégias anticorrupção eficazes; permitindo a tomada de medidas adequadas e o mapeamento dos papéis para garantir uma resposta ideal à crise. O servidor Rodrigo Eloy Arantes representou o Brasil como paineleiro acerca das experiências dos países na prevenção e no enfrentamento da corrupção durante a pandemia.

O segundo painel, sob o título “Medidas para prevenir e combater a corrupção em tempos de emergência, inclusive por meio de políticas internacionais e multilaterais de cooperação”, abordou a promoção de resposta multilateral aos impedimentos enfrentados pela cooperação internacional, bem como a inclusão de atores externos ao setor público para mitigar os riscos na assistência financeira internacional.

O objetivo do encontro foi a elaboração de um guia sobre as boas práticas a serem adotadas pelos países em contextos de crises, incluindo crises sanitárias, desastres ambientais, conflitos, entre outros.



Foto oficial do encontro de especialistas acerca da implementação da declaração de Sharm el-Sheikh

REVISTA DA CGU

Chamada de artigos para dossiê especial sobre Auditoria Interna Governamental no Espaço Lusófono

A Revista da CGU, com o apoio institucional da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), apresenta chamada de trabalhos para o dossiê especial Auditoria Interna Governamental - Análise, Discussão e Perspectivas no Espaço Lusófono, previsto para publicação em junho de 2023.

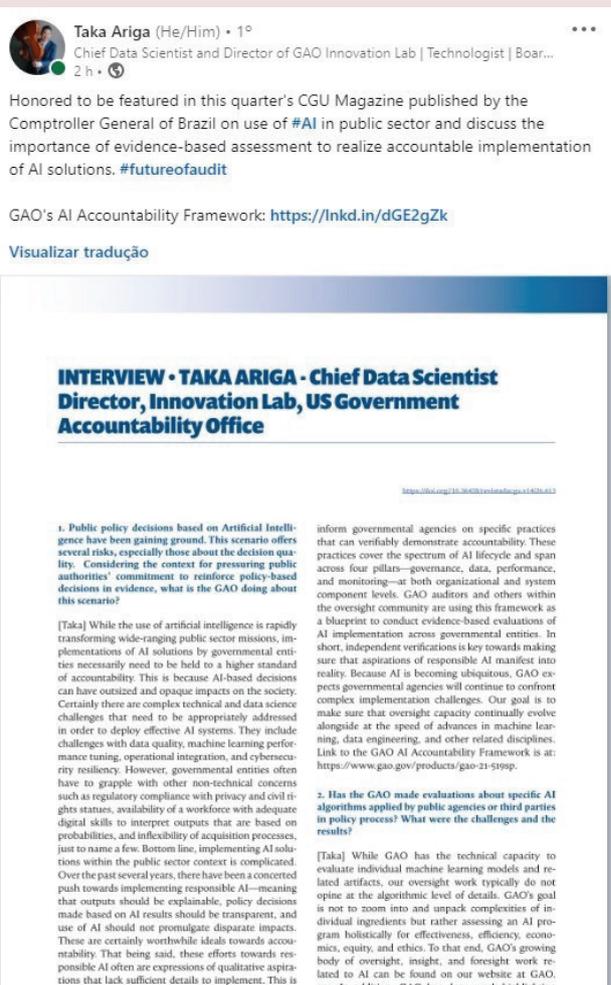
A coordenação editorial do dossiê será capitaneada pelas editoras convidadas Rossana Guerra de Sousa, da Universidade Federal da Paraíba, e Ana Calado Pinto, do Instituto Universitário de Lisboa. Os interessados em contribuir podem submeter trabalhos até o dia 31 de janeiro de 2023. Esta edição tem como objetivo ampliar a difusão, promoção do conhecimento e da pesquisa em auditoria interna governamental para além do Brasil, integrando o debate em todo o espaço lusófono. A proposta é buscar a integração entre três dimensões que levem ao progresso, com a seguinte categorização:

- Análise das experiências, cenários e objetos já examinados e aplicados na área de auditoria interna, a perspectiva do que já foi feito no passado ou no caminho até o presente;
- Discussão do que está sendo pesquisado e utilizado hoje, como ferramentas, estruturas e regulações; e
- Perspectivas para os caminhos futuros da função de auditoria interna no âmbito governamental.

A chamada de trabalhos está sendo amplamente divulgada nos canais institucionais da [CPLP](#) e dos [Estados que a integram](#), projetando internacionalmente

a dimensão “Pesquisa, Conhecimento e Inovação” em matérias de interesse da Casa.

A última edição da Revista, publicada em dezembro de 2022, contou com treze trabalhos inéditos. Os dez primeiros constituíram o Dossiê Especial “Ciência de Dados na Administração Pública: Desafios e Oportunidades”. Taka Ariga, cientista de dados, chefe da Diretoria do Laboratório de Inovação do U.S. Government Accountability Office (U.S. GAO), concedeu entrevista para compor o dossiê e se demonstrou honrado pelo convite em suas redes sociais:



Taka Ariga (He/Him) • 1°
Chief Data Scientist and Director of GAO Innovation Lab | Technologist | Boar...
2 h • 🌐

Honored to be featured in this quarter's CGU Magazine published by the Comptroller General of Brazil on use of #AI in public sector and discuss the importance of evidence-based assessment to realize accountable implementation of AI solutions. #futureofaudit

GAO's AI Accountability Framework: <https://inkd.in/dGE2gZk>

Visualizar tradução

**INTERVIEW • TAKA ARIGA • Chief Data Scientist
Director, Innovation Lab, US Government
Accountability Office**

<https://www.gao.gov/products/gao-21-519sp>

1. Public policy decisions based on Artificial Intelligence have been gaining ground. This scenario offers several risks, especially those about the decision quality. Considering the context for pressuring public authorities' commitment to reinforce policy-based decisions in evidence, what is the GAO doing about this scenario?

[Taka] While the use of artificial intelligence is rapidly transforming wide-ranging public sector missions, implementations of AI solutions by governmental entities necessarily need to be held to a higher standard of accountability. This is because AI-based decisions can have outsized and opaque impacts on the society. Certainly there are complex technical and data science challenges that need to be appropriately addressed in order to deploy effective AI systems. They include challenges with data quality, machine learning performance tuning, operational integration, and cybersecurity resiliency. However, governmental entities often have to grapple with other non-technical concerns such as regulatory compliance with privacy and civil rights statutes, availability of a workforce with adequate digital skills to interpret outputs that are based on probabilities, and inflexibility of acquisition processes, just to name a few. Bottom line, implementing AI solutions within the public sector context is complicated. Over the past several years, there has been a concerted push towards implementing responsible AI—meaning that outputs should be transparent, and use of AI should not promulgate disparate impacts. These are certainly worthwhile ideals towards accountability. That being said, these efforts towards responsible AI often are expressions of qualitative aspirations that lack sufficient details to implement. This is

inform governmental agencies on specific practices that can verifiably demonstrate accountability. These practices cover the spectrum of AI lifecycle and span across four pillars—governance, data, performance, and monitoring—at both organizational and system component levels. GAO auditors and others within the oversight community are using this framework as a blueprint to conduct evidence-based evaluations of AI implementation across governmental entities. In short, independent verifications is key towards making sure that aspirations of responsible AI manifest into reality. Because AI is becoming ubiquitous, GAO expects governmental agencies will continue to confront complex implementation challenges. Our goal is to make sure that oversight capacity continually evolve alongside at the speed of advances in machine learning, data engineering, and other related disciplines. Link to the GAO AI Accountability Framework is at: <https://www.gao.gov/products/gao-21-519sp>.

2. Has the GAO made evaluations about specific AI algorithms applied by public agencies or third parties in policy process? What were the challenges and the results?

[Taka] While GAO has the technical capacity to evaluate individual machine learning models and related artifacts, our oversight work typically do not opine at the algorithmic level of details. GAO's goal is not to zoom into and unpack complexities of individual ingredients but rather assessing an AI program holistically for effectiveness, efficiency, economics, equity, and ethics. To that end, GAO's growing body of oversight, insight, and foresight work related to AI can be found on our website at GAO.gov. In addition, GAO has done work highlighting

FOROS E REUNIÕES INTERNACIONAIS

Entre os meses de novembro e dezembro de 2022, a Controladoria-Geral da União (CGU) participou de diversas reuniões no âmbito dos grupos de trabalho sob a Convenção da Nações Unidas contra a Corrupção. Destaca-se a apresentação da experiência brasileira com cruzamento de dados no acompanhamento do pagamento do auxílio emergencial.

No âmbito da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a 44ª Reunião do Comitê de Governança Corporativa se dedicou à discussão sobre o "Terceiro projeto de revisão dos Princípios de Governança Corporativa do G20/OCDE". A Reunião do Grupo de Trabalho de Altos Funcionários de Integridade Pública foi precedida por encontro específico sobre o desenvolvimento de indicadores para aferição do grau de implementação da Recomendação sobre Integridade Pública. Já o encontro do Grupo de Trabalho foi marcado por discussões a respeito da importância da integridade para a construção da confiança nas instituições públicas e fortalecimento da democracia. Por fim, a última reunião do Grupo de Trabalho sobre Suborno Transnacional da OCDE (Working Group on Bribery - WGB) marcou o término do mandato de Drago Kos na presidência do grupo.

Por sua vez, o [XXIII Encontro da Rede de Transparência e Acesso à Informação \(RTA\)](#) discutiu sobre o impulso tecnológico para o acesso à informação como

instrumento de inclusão, participação cidadã e responsabilização nas sociedades democráticas.

Ainda na área de acesso à informação, a CGU e o Órgão Garantidor do Direito de Acesso à Informação (OGDAI) da Argentina promoveram [reunião do Grupo de Trabalho sobre Gênero e Grupos Vulneráveis da Conferência Internacional de Comissários de Informação \(ICIC\)](#) no dia 25 de novembro de 2022.

Outras redes temáticas promoveram atividades no período. A reunião da Rede de Agentes de Combate ao Suborno Transnacional na América Latina e Caribe (LAC-LEN) abrangeu painéis sobre cooperação internacional; cumprimento da lei em delitos relacionados a pessoas jurídicas; resoluções multijurisdicionais de casos de corrupção e perspectivas de gênero. O evento foi sucedido por um seminário sobre investigação financeira e patrimonial.

A Rede Operacional Global das Autoridades de Aplicação da Lei Anticorrupção (Global Operational Network of Anti-Corruption Law Enforcement Authorities - GlobE Network) promoveu a terceira reunião plenária, alcançando diversos temas.

A 6ª Reunião da Rede de Integridade Pública da América Latina e Caribe OCDE-BID focou a inovação e integridade para um melhor controle da gestão pública.

ONU

UNCAC

CGU participa de Grupos de Trabalho no âmbito da Convenção da ONU contra a Corrupção

A Controladoria-Geral da União (CGU), o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério da Justiça e a Advocacia-Geral da União constituíram a delegação brasileira em uma série de eventos promovidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) em Viena, Áustria, entre os dias 07 e 11 de novembro de 2022.

Nesse período, ocorreu a 13ª Sessão Continuada do Grupo de Revisão da Implementação da Convenção da ONU contra a Corrupção (UNCAC), a 16ª Sessão do Grupo de Trabalho sobre Recuperação de Ativos, a 11ª Reunião de Peritos sobre Cooperação Internacional e o treinamento para pontos focais e peritos governamentais do 2º Ciclo do Mecanismo de Revisão da Implementação da UNCAC.

Cabe destacar que a auditora Eliane Viegas Mota, da Secretaria Federal de Controle Interno, compôs o painel “Melhores práticas e desafios envolvendo cooperação internacional no combate à corrupção em tempos de emergência e crise, e esforços para aprofundar o conhecimento de ligações entre corrupção e outras formas de crime”, juntamente com representantes do Egito e dos Estados Unidos.

Os painelistas apresentaram experiências em iniciativas voltadas ao combate à corrupção em tempos de crise, a exemplo da situação de emergência decorrente da Covid-19. O Brasil abordou o seguinte tema: “Coordenação interinstitucional e cruzamento de dados governamentais para a identificação de fraudes potenciais e corrupção”, apresentando a experiência da CGU no acompanhamento do

pagamento do Auxílio Emergencial, que subsidiou o Ministério da Cidadania com informações que pudessem evitar a realização de pagamentos indevidos.

O relatório final da sessão fez alusão ao discurso da painelistas brasileira, que ressaltou o papel das bases de dados atuais na prevenção e detecção da corrupção durante a pandemia da Covid-19 e sua utilização como ferramentas de compartilhamento de informações tanto nacional quanto internacionalmente. Ela ressaltou a importância de cruzar as bases de dados para prevenir fraudes e identificar beneficiários reais de auxílios financeiros, para garantir que o dinheiro público de fato chegue aos grupos mais vulneráveis. Ademais, alertou os presentes sobre alguns desafios, como dificuldades para garantir o devido tratamento de informações confidenciais, a necessidade de carregamento frequente de dados para manter a atualização e a necessidade de coordenação interinstitucional em alto nível. Como medidas mitigatórias de tais riscos, a painelistas mencionou o fomento da comunicação entre as instituições (inclusive de maneira informal) e o desenho tempestivo de políticas para fortalecer a coordenação dos órgãos e entidades necessários.

Às margens dos eventos, foi realizada reunião entre a delegação brasileira e a delegação dos Estados Unidos. Dentre outros temas, o encontro pautou a realização da Conferência dos Estados Partes da UNCAC, que ocorrerá nos Estados Unidos em 2023, na cidade de Atlanta. A

delegação estadunidense afirmou que pretende priorizar os seguintes temas: (1) participação das organizações da sociedade civil no combate à corrupção; (2) participação dos jovens no combate à corrupção; (3) celebrar os 20 anos de entrada em vigor da UNCAC e refletir sobre o que esperar dos próximos 20 anos na luta contra a corrupção.

Dois temas que sobre os quais ainda não há consenso e que devem reverberar nos debates das reuniões de 2023 são: o funcionamento do Mecanismo após a

conclusão do Segundo Ciclo de Revisão e o momento a partir do qual o Segundo Ciclo poderá ser considerado como concluído.

O auditor Adriano Freitas participou do Treinamento para Pontos Focais e Peritos no âmbito do Segundo Ciclo do Mecanismo de Revisão da Implementação da UNCAC. O Brasil atuará como avaliador de Santa Lúcia no Segundo Ciclo de Revisão, que terá início após a conclusão da avaliação daquele país no Primeiro Ciclo.

OCDE

GOVERNANÇA CORPORATIVA

44ª Reunião do Comitê de Governança Corporativa

Entre 21 e 23 de novembro de 2022, a Controladoria-Geral da União (CGU) participou da 44ª Reunião do Comitê de Governança Corporativa da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, realizada em Paris, na sede da Organização.

Representando a CGU, a Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção fez parte da comitiva brasileira, ao lado de representantes do Ministério da Economia, da Comissão de Valores Mobiliários e do Ministério das Relações Exteriores.

O evento reuniu membros do Comitê, acadêmicos e representantes de instituições convidadas, e pautou a discussão sobre o "Terceiro projeto de revisão dos Princípios de Governança Corporativa do G20/OCDE".

A discussão abrangeu temas como a mudança no foco dos princípios, antes restrito aos acionistas e que atualmente

abrange todos os stakeholders; a importância da agenda ambiental, social e de governança (ESG) na gestão empresarial; e a necessidade de incremento da transparência por parte das empresas, não apenas no que tange às suas demonstrações financeiras, como também a questões relacionadas à responsabilidade social e à sustentabilidade.

A participação da CGU no evento foi de grande importância, já que os princípios discutidos, especialmente os relacionados à sustentabilidade e à responsabilidade social das empresas, influenciam as atividades de avaliação de programas de integridade em processos administrativos de responsabilização e acordos de leniência, bem como a fixação dos parâmetros de avaliação das empresas no âmbito do projeto Empresa Pró-Ética, contribuindo para a atualização de sua metodologia de avaliação a cada nova edição.

INTEGRIDADE

Especialistas discutem indicadores de integridade pública e participam de reunião do Grupo de Trabalho de Altos Funcionários de Integridade Pública

Os representantes dos países que compõem a força-tarefa dedicada ao desenvolvimento de indicadores de integridade pública se reuniram na sede da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em Paris, França, no dia 23 de novembro de 2022, precedendo o encontro do Grupo de Trabalho de Altos Funcionários de Integridade Pública (Working Party of Senior Public Integrity Officials – SPIO). Servidores da Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção, da Controladoria-Geral da União, representaram o Brasil, que faz parte do grupo de nações que estão trabalhando no aprimoramento desses parâmetros.

Trata-se do estabelecimento de referenciais passíveis de mensuração, para aferir o grau de aderência dos países à [Recomendação da OCDE sobre Integridade Pública](#), de 2017. Os dados objetivos auxiliarão os tomadores de decisão a entender os pontos fortes e fracos dos sistemas

Grupo de trabalho

Nos dias 24 e 25 de novembro de 2022, ocorreu a reunião do Grupo de Trabalho de Altos Funcionários de Integridade Pública, em Paris, França.

O Grupo tem por finalidade discutir as melhores formas de implementação de políticas de integridade pública, seguindo as diretrizes estabelecidas pela Recomendação da OCDE sobre o tema.

Nas reuniões do Grupo de Trabalho – que geralmente ocorrem duas vezes ao ano – são colocadas em debate as

nacionais de integridade e, a partir daí, decidir quais ações serão necessárias para enfrentar desafios específicos.

No último encontro, a OCDE apresentou os últimos dados coletados dos países, bem como as melhorias realizadas na apresentação dessas [informações, que se encontram disponíveis para consulta na página da Organização](#).

Quanto aos dados do Brasil, destacam-se positivamente aqueles sobre a qualidade da implementação de uma estratégia de integridade pública, acima da média dos países da OCDE, alcançando o quarto maior índice na colocação geral, com 74% de implementação.

No referido encontro, os países integrantes da força-tarefa também debateram quais os indicadores que se mostram mais promissores na aferição do grau de implementação da Recomendação sobre Integridade Pública e compartilharam as experiências obtidas na coleta dos dados.

questões emergentes relacionadas com o tema, tais como o risco existente na interface entre os setores público e privado, conflito de interesses e lobby. Também são trazidos à baila outros assuntos que afetam a integridade pública como, por exemplo, aprimoramento dos canais de denúncia de irregularidades, controle interno e responsabilização administrativa e criminal.

No último encontro, as discussões centraram-se na importância da

integridade para a construção da confiança nas instituições públicas, bem como para o fortalecimento da democracia, com base na recente publicação [Building trust and reinforcing democracy](#).

A agenda de trabalho contou, ainda, com apresentações de representantes de diversos países sobre boas práticas em

temas relacionados à integridade pública, tais como controle interno, auditoria e gerenciamento de risco, proteção ao denunciante e riscos à integridade decorrentes de processos de aquisição de cidadania através da realização de investimentos privados.

WGB

Grupo de Trabalho sobre Suborno Transnacional da OCDE tem nova presidência

A última reunião plenária de 2022 do Grupo de Trabalho sobre Suborno Transnacional da OCDE (Working Group on Bribery - WGB), realizada entre os dias 6 e 9 de dezembro, em Paris, França, marcou o fim do mandato do esloveno Drago Kos a cargo da presidência do grupo, após um período de 8 anos. Ele foi substituído pela procuradora holandesa Daniëlle Goudriaan, em janeiro de 2023.

Durante seu mandato, Drago Kos esteve à frente de importantes marcos alcançados pelo WGB, como a acessão de novos membros, a criação e ampliação das redes de cooperação, a aprovação da Recomendação sobre o Gerenciamento de Riscos de Corrupção por Atores de Cooperação para o Desenvolvimento e a importante revisão da [Recomendação Antissuborno de 2021](#), para aprimorar e reforçar os mecanismo de combate ao suborno transnacional.

A agenda de trabalho incluiu, ainda, o monitoramento regular da implementação da Convenção pelos países membros, com destaque especial para a participação de representantes do Brasil, juntamente com especialistas da África do Sul, na avaliação da fase 4 da Espanha.

Audidores da Controladoria-Geral da União (CGU) atuaram como examinadores e participaram da discussão e aprovação do relatório final de avaliação.

Outro ponto de destaque da agenda foi a realização da quinta reunião do



Participantes do Grupo de Trabalho sobre Suborno Transnacional da OCDE

subgrupo de monitoramento do Brasil (SGM), para discutir os desenvolvimentos recentes dos quatro itens remanescentes sob monitoramento. Após o reporte da delegação brasileira, o SGM decidiu por concluir o acompanhamento de um item e passar os demais itens para a fase 4 de avaliação do Brasil, que se inicia em janeiro de 2023.

Com a proximidade da avaliação, os membros do SGM decidiram por encerrar definitivamente os trabalhos do subgrupo, que foi estabelecido em dezembro de 2020 para acompanhar mais de perto diversas questões identificadas pela Missão de Alto Nível da OCDE em 2019 e demais itens que pudessem impactar a

implementação da Convenção da OCDE pelo Brasil. Ao relatarem à plenária sobre os resultados dos trabalhos, os membros do SGM ressaltaram a efetividade e o sucesso desse modelo no monitoramento de questões sensíveis para a implementação da Convenção pelos países do WGB.

A delegação brasileira junto ao WGB foi chefiada pela Assessoria Especial para Assuntos Internacionais e composta por representantes das diretorias de Responsabilização de Entes Privados e de Acordos de Leniência da CGU, da Advocacia-Geral da União e do Ministério das Relações Exteriores.

REDES

CGU participa de reunião da Rede de Agentes de Combate ao Suborno Transnacional na América Latina e Caribe

A reunião da Rede de Agentes de Combate ao Suborno Transnacional na América Latina e Caribe (LAC-LEN) ocorreu nos dias 15 e 16 de novembro de 2022, em Santiago, Chile. Servidores da Assessoria Especial para Assuntos Internacionais, da Corregedoria-Geral da União e da Secretaria de Combate à Corrupção da Controladoria-Geral da União (CGU) estiveram presentes. Membros da Advocacia-Geral da União e do Ministério Público Federal também representaram o Brasil na ocasião. No dia 17, o governo chileno promoveu um workshop sobre investigação financeira e patrimonial.

Durante a abertura da reunião, os copresidentes da Rede ressaltaram a importância da LAC-LEN para fortalecer a cooperação entre os diferentes agentes anticorrupção na

região. Também destacaram a oportunidade de a Rede se reunir novamente de maneira presencial, após dois anos de encontros virtuais, em virtude da pandemia da Covid-19. O último encontro presencial ocorreu em 2019, em Brasília, sob a organização da CGU.

A reunião abordou temas diversos relacionados ao combate ao suborno transnacional na região, de modo a fornecer plataforma para a troca de experiências e desafios comuns, incluindo-se painel específico sobre apresentação de casos reais. Também houve momento para troca de informações e contatos, e para debate de casos hipotéticos entre as autoridades presentes, que discutiram as possíveis soluções jurídicas e as medidas que comumente são adotadas em seus respectivos países

Boas práticas e desafios na obtenção de provas digitais por cooperação internacional

Representante do Ministério Público brasileiro, Marcelo Ribeiro, destacou como desafios as diferenças entre os sistemas nacionais para tratamento e proteção de dados, além das dificuldades técnicas na formulação dos pedidos de cooperação. Também apontou para a falta de coordenação entre países requerentes e requeridos – o que vem sendo mitigado a partir de contatos prévios informais – e a indefinição sobre a possibilidade de requisição direta, sem tramitação por autoridades centrais. Como aspecto positivo, mencionou a crescente adesão à Convenção de Budapeste, as boas práticas advindas das investigações paralelas e a parceria, ainda incipiente, com o setor privado, inclusive a partir da autorregulação proposta por alguns setores (notadamente o setor de criptoativos). Por fim, destacou a relevância da transmissão espontânea de informações.

Representante da Fiscalía Nacional

do Chile, o Ministério público chileno, falou da crescente importância das evidências em meios digitais e os desafios de adaptação das normas procedimentais internas e internacionais para validação dessas provas, inclusive para determinação de jurisdição, já que, frequentemente, os arquivos estão armazenados em nuvem. Também destacou a importância da Convenção de Budapeste, único instrumento que traz procedimentos e base jurídica específicas para a troca de informações para combater o crime cibernético.

Representante da Comissão de Valores Mobiliários (Securities and Exchange Commission - SEC) dos Estados Unidos abordou a experiência em matéria não-criminal, sublinhando as possibilidades de cooperação direta com empresas que armazenam dados e com contrapartes ao redor do mundo, por meio de acordos bilaterais ou redes de cooperação.

Cumprimento da lei em delitos relacionados a pessoas jurídicas

O Chile abordou as atualizações no seu regime jurídico de responsabilização penal de pessoas jurídicas, inclusive com a primeira condenação em juízo oral no âmbito da lei e a alteração legislativa ocorrida em 2016 para inclusão do delito de receptação. Também abordou as novidades da [Lei 21.121](#), editada em 2018, que incluiu no

Código Penal chileno os delitos de negociação incompatível, corrupção privada, apropriação indébita e administração desleal, além de aumento nas sanções previstas.

Na sequência, o Panamá apresentou o andamento do caso Odebrecht naquele país, assim como os desafios impostos pela responsabilidade

de pessoas jurídicas, os quais incluem a capacitação de juízes e procuradores, a necessidade de reformas no Código Penal para aumentar a pena

prevista para delitos de corrupção e a implementação de programas para conscientizar os representantes das empresas sobre o tema.

Resoluções multijurisdicionais de casos de corrupção na região

O Peru ressaltou a criação de unidades específicas para o caso Lava Jato na Procuradoria e no Ministério Público, de modo a tratar de maneira uniforme e coordenada as ações derivadas desse importante caso. Ressaltou que a cooperação internacional com o Brasil foi intensa e fundamental, auxiliando na imposição de sentenças e acordos de colaboração eficaz que resultaram em mais de 200 milhões de dólares (com retorno efetivo de mais de 30 milhões de dólares, utilizados no financiamento da Defesa del Estado).

Os Estados Unidos mencionaram o papel da SEC na supervisão de mais de 90 trilhões de dólares a partir de suas ações, sendo sua missão

reforçada a partir de investigações impulsionadas pela cooperação internacional, realizada com parceiros ao redor do mundo. Ressaltou a importância de os agentes anticorrupção serem flexíveis para entender os sistemas de cada país e superar eventuais barreiras, inclusive de comunicação.

Por fim, representante do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) abordou a cooperação com unidades de investigação de bancos multilaterais de desenvolvimento. Mencionou a competência do BID quanto a procedimentos de sanção, dentro de contratos de financiamento, e a possibilidade de cooperação a partir de acordos bilaterais para troca de informações.

Perspectivas de gênero em casos de corrupção

Representante do Chile apresentou a abordagem do país no combate à "sexortion", entendido sob três perspectivas: abuso da autoridade pública, intercâmbio (*quid pro quo*) e coerção psicológica e física. Também destacou a importância de se fortalecerem os canais de denúncia e de gerar

confiança para que as vítimas desse tipo específico de delito encontrem amparo no sistema judicial.

Representante da Argentina apresentou as iniciativas do país no sentido de incorporar a perspectiva de gênero em suas ações anticorrupção, que têm por objetivo visibilizar os

efeitos específicos da corrupção em mulheres, meninas e população trans, e evitar a sobrecriminalização de mulheres em casos de corrupção.

Seminário sobre Investigação Financeira e Patrimonial

Em seguimento às reuniões da Rede LAC-LEN, no dia 17, o governo chileno organizou um seminário para debater os desafios e boas práticas na investigação financeira e patrimonial em casos de corrupção. O fiscal nacional do Chile participou da abertura do evento, que se iniciou com um painel focado na discussão sobre investigação envolvendo pessoas jurídicas e cooperação internacional.

Durante o painel, representante da Colômbia abordou o desafio de combater a impunidade em crimes envolvendo grandes corporações, nos quais, frequentemente, os dirigentes e controladores conseguem escapar à justiça, com sanções impostas somente a funcionários de cargos mais baixos, elos mais fracos dentro da cadeia produtiva. O Brasil expôs um panorama do ordenamento jurídico nacional para o combate à corrupção corporativa, que exige que diferentes órgãos trabalhem em estreita coordenação. Marcelo Pontes Vianna, representante

da CGU, exemplificou essa atuação a partir da apresentação de um caso concreto em andamento. Na sequência, representante do Chile apresentou a metodologia adotada pelo Ministério Público para a investigação patrimonial, a qual conta com cinco fases:

- 1) definição do objeto e do período;
- 2) identificação de antecedentes;
- 3) análise da informação e conclusões preliminares;
- 4) validação fática das conclusões;
- 5) conclusões definitivas.

Representante da Argentina comentou a relação de seu país com a RRAG – Rede de Recuperação de Ativos do GAFILAT.

Por fim, o oficial de ligação do Federal Bureau of Investigation (FBI) no Chile apresentou o seu papel no combate ao suborno transnacional e as ferramentas de investigação disponíveis, com ênfase nas fontes abertas de busca, imagem e redes sociais.



Foto oficial do encontro da LAC-LEN

REDE GLOBE

Autoridades anticorrupção discutem cooperação e comunicação para troca de informações

A Controladoria-Geral da União (CGU) participou, entre 15 e 17 de novembro de 2022, da 3ª Reunião Plenária da Rede Operacional Global das Autoridades de Aplicação da Lei Anticorrupção (Global Operational Network of Anti-Corruption Law Enforcement Authorities - GlobE Network) na cidade de Madri, Espanha. O evento tem como objetivo promover uma rede de compartilhamento formal e informal de ações de combate à corrupção transnacional entre autoridades operacionais de diversos países.

A participação da CGU ocorre no âmbito das atribuições previstas na Lei nº 12.846/2013, de investigação e responsabilização do suborno transnacional por parte de empresas brasileiras. A Advocacia-Geral da União e a Polícia Federal, que nesse encontro não enviou representante, também integram a Rede GlobE.

A agenda do evento incluiu palestras sobre boas práticas para cooperação internacional entre agências anticorrupção, combate à lavagem de dinheiro e demonstração de aplicativos para agilizar a comunicação entre a comunidade de combate ao suborno transnacional de forma segura. Foram oferecidas vagas para a participação da CGU, por meio da Corregedoria-Geral da União (CRG), em forças-tarefas destinadas à elaboração de propostas de melhorias em aspectos operacionais de cooperação internacional, à capacitação para os integrantes do grupo e ao desenvolvimento de um aplicativo próprio para troca de informações.

Composta por 53 países, a GlobE é uma iniciativa do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) e teve início em junho de 2021, com um primeiro encontro em novembro de 2021.

6ª Reunião da Rede de Integridade Pública da América Latina e Caribe OCDE-BID Inovação e Integridade para um melhor controle da gestão pública

Nos dias 1 e 2 de dezembro de 2022, em Tegucigalpa, Honduras, ocorreu a sexta reunião da Rede de Integridade Pública da América Latina e Caribe OCDE-BID, com participação de diversos países da região. O Brasil foi representado pela Controladoria-Geral da União (CGU), por meio da Assessoria Especial para Assuntos Internacionais e da Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção, e pelo Tribunal de Contas da União.

Durante as reuniões dos grupos de trabalho, os países foram convidados a compartilhar suas boas práticas, passando por todas as funções e os procedimentos afetados à integridade.

O Brasil foi convidado a falar sobre as suas boas práticas no que tange à medição de integridade, ponto que vem sendo colocado em pauta, pela OCDE, em diversos países. A CGU apresentou iniciativas como o [Painel Integridade Pública](#), a

NCPA

CICLO DE WEBINÁRIOS

Rede discute corrupção em compras públicas

O webinar sobre “Combate à Corrupção em Compras Públicas” ocorreu no 15 de dezembro de 2022, como parte das atividades da Rede de Autoridades de Prevenção da Corrupção (Network of Corruption Prevention Authorities – NCPA), sob a presidência da Autoridade Nacional de Transparência da Grécia. O evento concluiu a série de webinários do plano de trabalho voltado para o aprimoramento da integridade pública. Servidores da Controladoria-Geral da União acompanharam a transmissão.

Representantes do Tribunal de Contas Europeu, do Secretariado da Metodologia para Avaliação de Sistemas de Compras (Methodology for Assessing Procurement Systems - MAPS) e membros de agências anticorrupção da Grécia, Palestina e Itália explicaram o mandato e as competências de cada instituição no combate à fraude nos contratos públicos, bem como apresentaram suas iniciativas e medidas tomadas para combater a corrupção.

O representante do Tribunal de Contas Europeu esclareceu que as atividades de compliance são realizadas junto a

diversas agências de países europeus. O Tribunal emite opiniões acerca da confiabilidade das contas, legalidade e regularidade das receitas e pagamentos. Contudo, não tem competência para apurar suspeitas de fraude e corrupção. Nesses casos, encaminha os subsídios para as agências responsáveis. Em relação às boas práticas para redução de irregularidades em compras públicas, mencionou a adoção de compras conjuntas e destacou a importância da transparência.

Dentre as ferramentas apresentadas no evento, citam-se a [Metodologia para Avaliação de Sistemas de Compras](#), padrão internacional criado em 2003 pelo Banco Mundial em parceria com o Comitê de Assistência ao Desenvolvimento da OCDE, a [ISO 37001:2016](#) que trata de sistemas de gestão antissuborno, recentemente implementada pela Grécia. A [Palestina](#) e a [Itália](#) apresentaram portais sobre contratações públicas.

A segunda parte do webinar foi dedicada às perguntas dos participantes sobre as ferramentas e os projetos apresentados.

COOPERAÇÃO

COOPERAÇÃO TRILATERAL

Cerimônia de premiação do Selo de Integridade do Paraguai



O [Selo de Integridade do Paraguai](#) foi uma iniciativa desenvolvida no âmbito da cooperação trilateral entre Brasil, Alemanha e Paraguai, no escopo do projeto “Fortalecendo a integridade em tempos de crise”.

O projeto surgiu como uma estratégia para fortalecer atividades relacionadas à temática da integridade no Paraguai

durante a pandemia da Covid-19. A Secretaria Nacional Anticorrupção e o Ministério de Indústria e Comércio participaram da implementação pelo lado paraguaio, a Controladoria-Geral da União (CGU), pelo lado brasileiro, sob a coordenação da Agência Brasileira de Cooperação, em conjunto com a Agência de Cooperação Internacional da Alemanha.

Nesse contexto, o Selo de Integridade do Paraguai foi elaborado nos moldes do projeto Empresa Pró-Ética, desenvolvido pela CGU desde 2010, com o objetivo de fomentar a adoção voluntária de medidas de integridade pelas empresas que atuam naquele país e consiste no reconhecimento público daquelas que se mostram comprometidas em implementar medidas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de atos de corrupção e fraude.

O [governo paraguaio lançou o Selo de Integridade](#) em maio de 2022. O projeto culminou com o evento de premiação das empresas aprovadas, realizado na cidade de Assunção, Paraguai, no dia 16 de dezembro de 2022, e que contou com a participação de representante da Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção da CGU.

EVENTOS

BRASIL EM FOCO

Universidade de Salamanca promove seminário “Acordos de Leniência no Brasil”

A Universidade de Salamanca promoveu seminário sobre acordos de leniência no Brasil, no dia 02 de dezembro, em sua sede, na Espanha. O auditor Renato Machado de Souza, da Diretoria de Acordos de Leniência da Controladoria-Geral da União (CGU), e Vanir Fridriczewski, advogado da União, realizaram apresentação no evento.

De acordo com o convite enviado pela Universidade, o tema foi de grande relevância para alunos e professores, pois está relacionado com o Direito Internacional aplicável ao combate à corrupção, especialmente considerando os resultados obtidos por meio da atuação institucional da CGU em casos transnacionais.

CAPACITAÇÃO

MINERAÇÃO DE DADOS

Servidores da CGU participam de conferência internacional nos Estados Unidos

As servidoras Renata Guanaes Machado e Suene Bezerra Leite, e os servidores Gledisson Fryttys Menezes Leite, Rodrigo Moreira da Silva e Victor de Souza Leão, da Controladoria-Geral da União (CGU), participaram da Conferência Internacional sobre Mineração de Dados 2022 (IEEE International Conference on Data Mining - ICDM), ocorrida no período de 28 de novembro a 01 de dezembro de 2022, em Orlando, Estados Unidos.

A IEEE ICDM é uma conferência de pesquisa mundial relacionada à mineração de dados, a qual abrange assuntos como *big data*, *deep learning*, reconhecimento de padrões, aprendizado estatístico e de máquina, bancos de dados, armazenamento de dados, visualização de dados e sistemas baseados em conhecimento.

De acordo com o relato dos servidores, o evento trouxe a oportunidade de conhecimento sobre a aplicação de

diversos algoritmos de aprendizado de máquina no auxílio da tomada de decisão de problemas relacionados a áreas como, por exemplo, sistemas de recomendação, processamento de linguagem natural, tratamento de imagens, recuperação de informação, área médica, entre outros. Na área de Segurança Cibernética foram vivenciadas pesquisas em sistemas inteligentes direcionados a, por exemplo, detecção de intrusão e varredura de vulnerabilidades, com base na correlação do comportamento de usuários, anômalos e legítimos, e captação de dados pelos logs e trilhas de auditoria de forma a minimizar os riscos de roubo de dados e prejuízos na usabilidade dos sistemas.

A CGU realiza atividades de análise e mineração de dados utilizando diversas bases dos sistemas de gestão do governo federal, como as de licitações, convênios, contratos, pagamentos e de pessoal. Para isso, utiliza técnicas e ferramentas avançadas de mineração de dados, objetivando a produção de informações estratégicas. A instituição possui atualmente mais de 350 bases de dados de diversos assuntos diferentes e já tem usado esse importante ativo para gerar valor tanto para a CGU quanto para o governo federal e a sociedade em geral.

A conferência proporcionou o levantamento de debates, networking e troca de experiências, além de aprimorar o conhecimento a respeito dos últimos avanços científicos e tecnológicos nas áreas de computação e estatística aplicadas a análises no campo da descoberta do conhecimento. O evento trouxe a percepção da importância de conhecimentos matemáticos e estatísticos, uma vez que, após o entendimento do problema e da preparação da base de dados, é primordial que o profissional consiga escolher os algoritmos certos

para os tipos de dados, bem como saber ajustá-los em suas fórmulas para que o conhecimento desejado para a tomada de decisão seja extraído.



Servidores da CGU na Conferência

TECNOLOGIA

Servidores da CGU participam de evento em Las Vegas

Entre os dias 28 de novembro e 02 de dezembro de 2022, os servidores Gustavo Moura de Sousa, Jefte Medeiros de Souza e Paulo Marcelo Barbosa Coelho participaram do evento re:Invent 2022, promovido pela Amazon Web Services (AWS), em Las Vegas, nos Estados Unidos da América.

O re:Invent é o principal evento global da AWS no ano e é dedicado aos assuntos de estratégias de nuvem, arquitetura de TI e infraestrutura, operação, segurança, aprendizado de máquina, inovação e produtividade para profissionais de tecnologia. O evento contou com aproximadamente 50.000 participantes, mais de 1.500 sessões de conteúdo, além workshops e momentos de interação com especialistas, com foco nas experiências e produtos da empresa.

Atualmente, a AWS é a principal provedora dos serviços de *cloud* para a

Controladoria-Geral da União (CGU) e esses serviços têm sido fundamentais na migração de aplicações corporativas para a nuvem, o que tem contribuído para uma melhoria na disponibilidade e performance dessas aplicações. Por outro lado, os recursos disponíveis na nuvem têm assumido papel relevante na estratégia de transformação digital da CGU, por impulsionar o uso de tecnologias inovadoras, como Inteligência artificial. Assim, o contato com experiências de outros clientes e especialistas da AWS, tendências e novas tecnologias geram ideias e insights para novos projetos e para melhoria das soluções em desenvolvimento na Controladoria.

Além dos aspectos técnicos, é especialmente importante que a AWS é uma empresa com foco no cliente e com um forte viés de inovação.



Servidores da Diretoria de Tecnologia da Informação durante o re:Invent 2022

OUTRAS ATIVIDADES DE CAPACITAÇÃO

Servidores participam de conferências e congresso

No período de novembro a dezembro de 2022, outros servidores da Controladoria-Geral da União participaram de atividades internacionais de capacitação, conforme o quadro a seguir:

Curso	Nome	Período		Carga Horária	Modalidade
The International Conference on Legislation and Law Reform (iLegis2022)	Jorge Luis Branco Aguiar	03/11/2022	04/11/2022	8h	Presencial
	Flávio Rezende Dematté				
	Karen Daniele de Araújo Pimentel				
	Caroline Alves de Oliveira Ribeiro				
	Jônitas Matos dos Santos Duarte				
	Vinicius de Carvalho Madeira				
XXVII Congresso Internacional CLAD sobre Reforma do Estado e da Administração Pública	Giovanni Cândido Dematté	22/11/2022	25/11/2022	32h	Presencial
	Milena Luz Barbosa				
	Simei Susã Spada				
2022 IEEE International Conference on Big Data	Gustavo Fleury Soares	17/12/2022	20/12/2022	32h	Presencial

RETROSPECTIVA 2022

Compromissos, resultados e avaliações

- Memorando de Entendimento entre a Controladoria-Geral da União e a Vice-Presidência de Integridade do Banco Mundial visando a detecção, comprovação e prevenção de fraude e corrupção relacionadas a condutas que possam configurar crimes graves no âmbito da legislação nacional ou delito passível de sanção, segundo as regras e políticas do Grupo Banco Mundial.
- [Edição especial dos Cadernos Técnicos da CGU, dedicada aos temas relacionados à 12ª Conferência Internacional de Comissários de Acesso à Informação \(ICIC\)](#)
- [Memorando de Entendimento com Universidade de Salamanca](#)
- [Memorando de Entendimento com Organização dos Estados Ibero-Americanos \(OEI\) e parceria conjunta com o Transforma Brasil](#)
- [Avaliação da Política de Governo Aberto do Brasil pela OCDE](#)
- [Relatório da OCDE sobre a modernização da avaliação dos riscos para a integridade no Brasil](#)
- Lançamento do [Selo de Integridade do Paraguai](#) por meio da [cooperação trilateral entre Brasil, Paraguai e Alemanha](#)
- [Dois anos do Programa QualiREG - Programa de Aprimoramento da Qualidade da Regulação Brasileira](#)
- [Visita de pesquisadoras da Academia Internacional Anticorrupção \(IACA\)](#): O Brasil foi um dos quatro países inicialmente selecionados para a realização de visitas in loco para o desenvolvimento de um índice de medição da corrupção, juntamente com África do Sul, Itália e Indonésia.
- [Certificação no nível 2 do modelo IA-CM pelo Banco Mundial](#)

Acompanhamento de convenções



- 37ª Reunião da Comissão dos Peritos do MESICIC
- 38ª Reunião da Comissão dos Peritos do MESICIC



- 1ª Reunião Plenária do Grupo de Trabalho sobre Suborno Transnacional da OCDE - 2022
 - 2ª Reunião Plenária do Grupo de Trabalho sobre Suborno Transnacional da OCDE - 2022
 - 3ª Reunião Plenária do Grupo de Trabalho sobre Suborno Transnacional da OCDE - 2022
 - 4ª Reunião Plenária do Grupo de Trabalho sobre Suborno Transnacional da OCDE - 2022
- [Visita in loco e avaliação da Espanha no WGB/OCDE](#)



- 13ª Sessão do Grupo de Revisão da Implementação da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção e a [13ª Sessão do Grupo de Trabalho sobre Prevenção da Corrupção](#)
- Sessão Conjunta do Grupo de Revisão da Implementação da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, do Grupo de Trabalho sobre Recuperação de Ativos e do Grupo de Peritos sobre Cooperação Internacional
- Reunião Intersessional da Conferência dos Estados Partes e 13ª Reunião Grupo de Revisão da UNCAC
- 13ª Sessão (Continuada) do Grupo de Revisão da Implementação da Convenção da ONU contra a Corrupção, da 16ª Sessão do Grupo de Trabalho sobre Recuperação de Ativos e da 11ª Reunião de Peritos sobre Cooperação Internacional
- Reunião da Plataforma Regional para América do Sul e México para Aceleração da Implementação da UNCAC
- [Visita in loco e avaliação do Brasil na UNCAC](#)



- 1ª Reunião do Grupo de Trabalho Anticorrupção do G20 - 2022
- 2ª Reunião do Grupo de Trabalho Anticorrupção do G20 - 2022
- 3ª Reunião do Grupo de Trabalho Anticorrupção do G20 - 2022

COMITÊS, REDES E GRUPOS TEMÁTICOS

OCDE

- 44ª Reunião do Comitê de Governança Corporativa
- 37ª reunião do Grupo de Trabalho sobre Propriedade Estatal e Práticas de Privatização
- Reunião do Grupo de Trabalho em Conduta Empresarial Responsável
- Avaliação do Ponto de Contato Nacional
- 5ª Reunião do Grupo de Trabalho de Governo Aberto
- Processo de acesso
- [Fórum Brasil-OCDE](#)
- Reuniões do Conselho Brasil-OCDE
- 1ª Reunião da CIRI-OCDE
- 2ª Reunião da CIRI-OCDE
- 3ª Reunião da CIRI-OCDE
- Webinários Revisão por Pares de Centro de Governo

MERCOSUL

- [XVIII Reunião Especializada de Organismos Governamentais de Controle Interno do Mercosul](#)
- [XIX Reunião Especializada de Organismos Governamentais de Controle Interno do Mercosul](#)

BRICS

- Reuniões do Grupo de Trabalho Anticorrupção do BRICS
- Workshop sobre Anticorrupção e Desenvolvimento Econômico
- Encontro Ministerial Anticorrupção do BRICS



- Rede de Transparência e Acesso à Informação (RTA)
- [XXII Encontro da Rede de Transparência e Acesso à Informação](#)
- [XXIII Encontro da Rede de Transparência e Acesso à Informação](#)
- Reunião do Grupo de Trabalho sobre Protocolo de Resposta a Crises



- Conferência Internacional de Comissários de Acesso à Informação (ICIC)
- 2ª Reunião Ordinária de 2022 do Comitê Executivo da ICIC
- [XIII Conferência Internacional de Comissários de Acesso à Informação](#)
- Reuniões dos Grupos de Trabalho sobre Transparência por Desenho e Gênero e Grupos Vulneráveis



- Iniciativa Global para a Transparência Fiscal (Global Initiative for Fiscal Transparency - GIFT)**
- Reunião Geral da Iniciativa Global para a Transparência Fiscal
- Encontro da Rede GIFT
- GIFT Stewards General Meeting 2022

Rede de Autoridades de Prevenção da Corrupção (Network of Corruption Prevention Authorities - NCPA)

- Sessões Plenárias
- Webinário "Tendências e Desafios na Regulamentação do Lobby"
- Webinário "Desenho e Implementação de Sistemas Efetivos de Proteção ao Denunciante"
- Webinário "Combate à Corrupção no Esporte no Século 21"
- Webinário: "Combate à Corrupção em Compras Públicas"

Demais redes e parcerias

- [Semana de Governo Aberto da Parceria para Governo Aberto \(Open Government Partnership - OGP\)](#)
- [Reuniões de monitoramento do 5º Plano de Ação da OGP](#)
- Reunião da Rede de Agentes de Aplicação da Lei Anticorrupção na América Latina e Caribe (LAC-LEN)
- Reunião da Rede dos Oficiais de Aplicação da Lei (Law Enforcement Officials Network - LEO)
- 3ª Reunião Plenária da Rede Operacional Global das Autoridades de Aplicação da Lei Anticorrupção (Global Operational Network of Anti-Corruption Law Enforcement Authorities - GlobE)
- Reunião da Rede Global de Autoridades Governamentais de Combate ao Suborno Transacional (Global Network of Law Enforcement Practitioners against Transnational Bribery - GLEN)